

CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1-Mensagem da Administração

Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras (DF's) da **CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.** ("CIMAR" ou "Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. As referidas Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

2-Descrição dos negócios, produtos e serviços

A **CIMAR** é uma Companhia de propósito específico, cujo objetivo é a operação de uma planta fabril de moagem de cimento no Estado do Maranhão. A Companhia investiu R\$140 milhões e tem capacidade de produzir 500 mil toneladas/ano de cimento. Esta planta atende ao mercado consumidor com velocidade, qualidade e custo competitivo e gera, entre outros benefícios sociais, gerando atualmente 125 empregos diretos e 70 indiretos, capacitação de mão de obra na região, além da interiorização do desenvolvimento e absorção de tecnologia. A **CIMAR** iniciou sua produção em 24 de novembro de 2014 e as vendas em 1º de dezembro do mesmo ano.

Para os próximos anos, a Administração tem como plano de negócio e meta dar continuidade e ampliar os objetivos alcançados, destacando as seguintes ações:

- Aumento no volume de vendas, considerando as perspectivas de crescimento do PIB nacional;
- Continuidade na busca de fornecedores que garantam melhorias constantes nos processos produtivos, refletindo em redução de custos e despesas;
- Manter a qualidade do produto alinhado ao nível de serviço que aproxima a Companhia da necessidade dos clientes, buscando aumentar ainda mais o posicionamento da marca "Cimento Bravo" na região em que atua;
- Aproveitamento das oportunidades financeiras, estando sempre atenta a instrumentos financeiros que possam trazer algum benefício à Companhia.

3-Nota sobre a auditoria externa

A **CIMAR** informa que a empresa de auditoria BKR – Lopes, Machado Auditores não lhe prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2023.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 13 de março de 2024.

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	49.588	40.904	Fornecedores	35	35.799	27.445
Contas a receber de clientes	7	4.898	4.403	Emprestimos e financiamentos	36	11.139	12.854
Estoques	8	34.370	44.025	Salários e encargos sociais	37	5.576	3.966
Tributos a recuperar	9	3.611	4.801	Tributos a pagar	38	6.933	2.469
Adiantamentos diretos	40	460	540	Otros passivos	39	3.724	2.654
Outros ativos		389	1.852			62.274	48.588
		95.027	95.624				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Emprestimos e financiamentos	46	22.450	32.402
Para os relacionados	10(1)	2.024	1.446	Provisão para contingências	39	166	159
Depósitos judiciais	19	235	183			22.792	32.821
Tributos a recuperar	9	637	629				
Títulos e valores mobiliários	11	34.638	3.383				
Tributos diferidos	13	7.388	8.454				
Outros créditos		1.180	1.415				
		55.132	54.015				
Imobilizado				Imobilizado			
Intangível	14	106.292	107.807				
		26	136				
		123.448	121.988				
Total do Ativo		218.521	218.582	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		218.521	218.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
RECEITA DE VENDAS			
	21	245.904	209.626
Custo de vendas			
	8 e 22	(167.228)	(152.746)
Lucro bruto		78.676	56.880
Despesas com vendas			
Despesas gerais e administrativas	22	(18.882)	(17.071)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(11.174)	(7.117)
		(655)	30
		(30.711)	(24.150)
Resultado operacional		47.965	32.730

Receitas financeiras	23	1.660	2.872
Despesas financeiras	23	(13.624)	(13.207)
Variação cambial	23	(221)	(1.406)
Despesas financeiras líquidas		(12.185)	(11.741)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		35.780	20.989
Imposto de renda e contribuição social			
	24	(3.498)	(704)
Lucro líquido do exercício		32.282	20.285
Número de ações ao final do exercício - em milhares			
	20	3.000	3.000
Lucro líquido do exercício por ação - em reais			
		10,7607	6,7617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	97.618	117.435	(98.165)	116.888
Reserva de incentivo fiscal	-	27.816	(27.816)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	20.285	20.285
Saldos em 31 de dezembro de 2022	97.618	145.251	(105.696)	137.173
Devolução de capital	(36.000)	-	-	(36.000)
Reserva de incentivo fiscal	-	38.084	(38.084)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	32.282	32.282
Saldos em 31 de dezembro de 2023	61.618	183.335	(111.498)	133.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	35.780	20.989
Ajustes		
Depreciação	5.718	5.679
Amortização do intangível	112	113
Juros	3.148	3.878
Amortização de financiamentos	315	123
Variações monetárias e cambiais	221	1.407
Incentivos fiscais	(38.084)	(27.816)
Ganho/Perda da alienação de imobilizado	317	-
Provisões para descontos concedidos	286	(66)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(43)	(26)
Baixas de títulos incobráveis	77	67
Resultado do exercício - ajustado	7.847	4.348
Variação do capital circulante		
Contas a receber de clientes	146	(2.875)
Estoques	9.855	(22.921)
Tributos a recuperar	(798)	(722)
Outros ativos	338	(39)
Títulos e valores mobiliários	(335)	(292)
Fornecedores	6.568	7.890
Salários e encargos sociais	1.710	739
Tributos a pagar	39.345	27.157
Imposto de renda e contribuição social pagos	(265)	(265)
Outros passivos circulantes	157	383
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	64.568	13.403
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado	(5.985)	(3.238)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(5.985)	(3.238)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos pagos	(9.807)	(9.807)
Juros pagos	(3.503)	(4.297)
Partes relacionadas	(36.548)	(185)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(49.918)	(14.289)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	8.665	(4.124)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	40.904	45.028
Salos finais de caixa e equivalentes de caixa	49.569	40.904
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	8.665	(4.124)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

(a) Atividades operacionais

A **CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.** ("Companhia") foi constituída em 8 de fevereiro de 2012 e é controlada conjuntamente pela ICAL Participações S.A. e pela Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (QGDN), com participação de 50% cada uma. O parque industrial, localizado à margem esquerda do ramal da BR 135, KM 02, na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, possui uma área de 188 mil metros quadrados. A Companhia iniciou sua produção em 24 de novembro de 2014 e suas vendas em 1º de dezembro do mesmo ano.

A Companhia tem capacidade de produção de 500 mil toneladas por ano (*) de cimento. A **CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.** visa atender a construção civil como mercado prioritário, atuando nos estados do Maranhão, Pará e Piauí.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da apresentação dessas demonstrações financeiras em 13 de março de 2024.

(*) Informação não atualizada.

(b) Incentivos fiscais

PROMARANHÃO

Em decorrência do projeto de implantação da unidade industrial, a Companhia foi habilitada aos Incentivos do PROMARANHÃO, conforme parecer emitido pelas instâncias técnicas de sua Secretaria Executiva, constante do processo nº 276/2012, conforme publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOE em 25 de setembro de 2012.

As exigências legais e regulamentares dos poderes públicos foram atendidas, especialmente as do Programa de Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas do Estado do Maranhão, onde a Companhia poderá celebrar Termo de Compromisso e Regime Especial com o Estado do Maranhão, pelo prazo de 15 anos, correspondente ao crédito de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do ICMS devido pela Companhia.

Sobre o incentivo fiscal PROMARANHÃO, a Companhia recolhe a taxa de contribuição para a F.E.D.I. (Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial), no valor correspondente a 5% do valor dos incentivos utilizados em cada período de apuração, conforme a Lei 10.259/15.

A renovação do benefício é realizada anualmente, mediante a comprovação dos documentos exigidos pelo Estado.

FUMACOP

A Companhia também recolheu em 2023 o equivalente ao valor de R\$732 mil, referente a contribuição para o FUMACOP (Fundo Maranhense de Combate à Pobreza), à razão de 2% do valor total dos Incentivos do PROMARANHÃO utilizados em cada período de apuração, conforme Art. 2º do Decreto nº 38.453/23.

SUDENE

Por estar localizada em área incentivada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a Companhia goza de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculados com base no lucro da exploração, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, em conformidade com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

O período de fruição será até dezembro de 2027, desde que cumpridas as exigências legais descritas no Laudo Constitutivo.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.3 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, (valor juros por meio do resultado) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, a necta caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o e época dos fluxos de caixa;

- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

At

São Luís, quinta-feira, 25 de abril de 2024

CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

O reconhecimento das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa ocorre de acordo com o critério a seguir:

Vencidos (em dias)	Critério de provisão
31 a 60	50% do valor
61 a 90	70% do valor
91 a 120	80% do valor
121 a 180	90% do valor
a partir de 181	100% do valor

Os valores acima de 360 dias são considerados como perdas dedutíveis, conforme legislação do Imposto de Renda.

2.5 Estoques

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.6 Tributos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem ao valor esperado de realização.

2.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação dos ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios e construções	25-50
Instalações	20
Máquinas e equipamentos	15-20
Móveis e utensílios	10
Hardware	5
Ferramentas	10

2.8 Intangível

(a) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e deixá-los disponíveis para uso. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* (de cinco anos). Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de dez anos.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, sempre que houver necessidade.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os valores dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos a valor justo com taxa pré-fixada e refletem os períodos contábeis. Os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (ambiental, cível, trabalhista e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso aplicável.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

(i) Receita de venda de produtos

A Companhia fabrica e vende cimento dos tipos CP IV-32 e CP IV-40, ensacado e granel. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente.

As mercadorias são vendidas nos seguintes canais de venda: revenda, construtora, concretaria, consumidor industrial e governo.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(iii) Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado pelo valor justo quando há segurança razoável de que o benefício será recebido e quando a Companhia tiver cumprido todas as condições estabelecidas para tal. Os incentivos recebidos são registrados no resultado na rubrica "Receita de vendas". Em 2023, foi registrado um incentivo fiscal de R\$38.084 (R\$27.816 em 2022).

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. Atualmente, possui saldo acumulado de R\$7.384 referentes a impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias contabilizados em seu balanço em 31 de dezembro de 2023 (Nota Explicativa nº 12).

Visando a análise de realização desses saldos ativos, a Administração estima os resultados futuros da Companhia, como forma de verificar as expectativas de lucro para compensação do saldo desses impostos ou reduzi-los na medida em que sua realização não seja mais provável.

(b) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

A Companhia possui uma Política de Crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de créditos em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação do limite ocorre por meio de análise de crédito, considerando: informações cadastrais, informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos (status histórico e status instantâneo); informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações; garantias apresentadas e visita de crédito (Nota Explicativa nº 7).

(c) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de uma ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos (Nota Explicativa nº 2.9).

(d) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base na vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria do segmento, experiências prévias e/ou contratação de empresa especializada, refletindo a vida econômica de ativos de longa duração. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados anualmente. A Companhia está em operação há 9 anos e 3 mês e, não foi identificado mudanças significativas desde a última data de balanço.

(e) Provisão para causas judiciais

A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais.

(f) Custo de obsolescência do estoque

A Companhia não registrou custo de obsolescência do estoque porque a quantidade é suficiente para atender a demanda e não há risco pelo giro constante dos produtos acabados.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de câmbio e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos especulativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	35.793	-	-	35.793
Empréstimos e financiamentos	11.128	13.724	8.902	33.754
	46.921	13.724	8.902	69.547
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	27.445	-	-	27.445
Empréstimos e financiamentos	11.854	19.613	13.049	44.516
	39.299	19.613	13.049	71.961

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser assim sumarizado:

	2023	2022
(+) Empréstimos e financiamentos	33.754	44.516
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(49.569)	(40.904)
(-) Outros créditos	(1.282)	-
(-) Títulos e valores mobiliários	(3.618)	(3.283)
Dívida líquida	(20.715)	329
Total do patrimônio líquido	133.455	137.173
Total do capital	112.740	137.502
Índice de alavancagem financeira - %	-18,37%	0,24%

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2023	2022
Receíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	49.569	40.904
Contas a receber de clientes	4.896	4.493
Outros créditos	1.282	-
Partes relacionadas (mútuo)	2.014	1.466
Títulos e valores mobiliários	3.618	3.283
	61.379	50.146
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	(35.793)	(27.445)
Empréstimos e financiamentos	(33.754)	(44.516)
	(69.547)	(71.961)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Recursos em banco	49.569	40.904
	49.569	40.904

Os saldos dos recursos em bancos compreendem os depósitos em conta corrente, bem como as aplicações automáticas e de curto prazo, podendo ser resgatadas a qualquer momento. O aumento do saldo da conta de 2022 para 2023 se deve, principalmente, ao prazo dilatado para pagamento de fornecedores de clínquer e geração de caixa operacional.

7. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes	4.896	4.536
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(43)
	4.896	4.493

O saldo a receber por data de vencimento ("*aging list*") está demonstrado da seguinte forma:

	2023	2022
A vencer:	4.615	4.205
Saldos vencidos até 30 dias	277	292
Saldos vencidos de 31 a 60 dias	2	14
Saldos vencidos de 61 a 90 dias	-	2
Saldos vencidos de 91 a 120 dias	1	11
Saldos vencidos de 121 a 180 dias	1	12
	4.896	4.536

O prazo médio para recebimento é de 6,1 dias (5,6 em 2022).

A Companhia registrou as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa seguindo os critérios para o reconhecimento descritos na Nota Explicativa nº 2.4.

A movimentação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	(43)	(70)
Constituição / reversão	43	27
Em 31 de dezembro	-	(43)

8. Estoques

	2023	2022
Matérias-primas (*)	21.912	32.376
Produtos em elaboração	792	1.670
Produtos acabados	723	300
Almoxarifado	10.743	9.679
	34.170	44.025

O custo dos produtos vendidos reconhecido no resultado do exercício de 2023 totalizou R\$167.228 (R\$152.746 em 2022).

(*) A variação ocorrida nos estoques de matérias-primas refere-se, preponderantemente, a uma a decisão da administração de adequar os níveis de estoque de seus insumos à realidade atual, tanto em relação a disponibilidade quanto ao preço do insumo.

9. Tributos a recuperar

	2023	2022
COFINS sobre aquisição de imobilizado	247	216
ICMS sobre aquisição de imobilizado	280	330
PIS sobre aquisição de imobilizado	54	47
PIS/COFINS a compensar (I)	2.906	3.232
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	230	231
CSLL estimativa mensal	94	94
IPI sobre aquisição de insumos	2.325	1.244
Outros	92	36
	6.228	5.430
Circulante	5.611	4.801
Não circulante	617	629

Os tributos a recuperar no ativo circulante são provenientes, basicamente, de rendimentos sobre aplicações financeiras e sobre a compra de insumos. As parcelas do não circulante referem-se aos tributos incidentes sobre aquisição de bens do imobilizado.

(I) O saldo registrado em 31 de dezembro de 2023, refere-se a créditos tributários decorrentes do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo trânsito em julgado ocorreu em junho de 2021.

10. Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados e está apresentada a seguir:

	2023	2022
Remuneração total do pessoal-chave da administração	1.651	1.140
	1.651	1.140

(b) Mútuo

	2023	2022
A receber - Ativo não circulante		
Mútuo		
Cimentos da Bahia S.A.	1.941	1.411
Cimento Portland Participações S.A.	73	55
	2.014	1.466

Mútuo com prazo de vencimento indeterminado e sem a incidência de atualização monetária nem juros.

11. Títulos e valores mobiliários

	2023	2022
Aplicações financeiras	3.618	3.283
	3.618	3.283

CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

As aplicações financeiras registradas no grupo de “Títulos e valores mobiliários” se referem a conta reserva mantida junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), cujos recursos só serão disponibilizados ao término do financiamento obtido. A variação é decorrente dos rendimentos.

12. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

Em 2018, o saldo foi reavaliado e a Administração decidiu realizar uma provisão para perdas sobre o Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos, no montante de R\$22.954. Em 2023, Companhia apresentou resultado positivo com base fiscal tributável e utilizou parte dos tributos diferidos a título de compensação, limitados a 30%, conforme definido em lei. Mesmo apresentando projeções positivas e com expectativa de recuperabilidade superior ao saldo apresentado no balanço, a Companhia decidiu não reverter parte da provisão constituída.

	Saldo
Em 31 de dezembro de 2022	8.454
Compensação de IR e CSLL	(1.070)
Em 31 de dezembro de 2023	7.384

Abaixo segue demonstrada a expectativa de recuperabilidade do saldo acumulado em 31 de dezembro de 2023.

Ano	Valor
2026	403
2027	1.544
2028	2.025
2029	2.501
2030	911
	7.384

13. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e construções	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Hardware	Ferramentas	Total em operação	Obras em andamento (i)	Total
Em 31 de dezembro de 2022										
Saldo inicial	10.632	35.790	21.814	36.080	613	292	67	105.286	5.177	110.465
Adições	-	-	-	455	309	323	8	887	2.257	3.124
Transferências (i)	-	40	-	-	-	-	-	40	(64)	-
Baixas	-	-	-	-	(15)	(88)	-	(103)	-	(103)
Depreciação	-	(806)	(1.712)	(2.823)	(128)	(86)	(9)	(5.678)	-	(5.678)
Saldo contábil, líquido	10.632	34.921	20.102	33.692	571	429	66	100.413	7.394	107.807
Em 31 de dezembro de 2023										
Saldo inicial	10.632	42.018	33.365	55.091	1.431	2.922	93	145.552	7.394	152.946
Depreciação acumulada	-	(7.097)	(13.263)	(21.399)	(860)	(12.493)	(27)	(45.139)	-	(45.139)
Saldo contábil, líquido	10.632	34.921	20.102	33.692	571	429	66	100.413	7.394	107.807
Em 31 de dezembro de 2023										
Saldo inicial	10.632	34.921	20.102	33.692	571	429	66	100.413	7.394	107.807
Adições	-	191	172	2.449	23	56	25	2.916	5.768	8.704
Baixas	-	-	-	(1.103)	(154)	(645)	(14)	(2.134)	(191)	(2.500)
Depreciação	-	(806)	(1.714)	(3.876)	230	512	1	(5.718)	-	(5.718)
Saldo contábil, líquido	10.632	34.303	18.540	31.162	310	352	78	95.297	12.991	108.288
Em 31 de dezembro de 2023										
Saldo inicial	10.632	42.209	33.537	56.419	900	2.331	104	146.154	12.991	159.145
Depreciação acumulada	-	(8.006)	(14.977)	(25.277)	(590)	(11.981)	(26)	(50.857)	-	(50.857)
Saldo contábil, líquido	10.632	34.303	18.560	31.162	310	352	78	95.297	12.991	108.288
Taxas anuais médias de depreciação		2%	5%	5%	9%	11%				

Obras em andamento

O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2023, refere-se ao desenvolvimento dos projetos de construção do datacenter São Luís, da infraestrutura das balanças e barreira de segurança da palerizadora.

14. Intangível

	Direito de uso - Software	Marcas	Total
Em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	242	7	249
Amortização (i)	(110)	(3)	(113)
Saldo contábil, líquido	132	4	136
Em 31 de dezembro de 2023			
Saldo inicial	242	7	249
Amortização acumulada	(7.923)	(19)	(7.942)
Saldo contábil, líquido	132	4	136
Em 31 de dezembro de 2023			
Saldo inicial	132	4	136
Amortização (i)	(110)	(2)	(112)
Saldo contábil, líquido	22	2	24
Em 31 de dezembro de 2023			
Saldo inicial	8.055	23	8.078
Amortização acumulada	(8.033)	(21)	(8.054)
Saldo contábil, líquido	22	2	24

(i) Amortização

O montante de R\$112 (R\$113 em 2022) refere-se a despesa de amortização, reconhecida no resultado, parte em Custos dos Produtos Vendidos e parte em despesas gerais e administrativas.

15. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	6.265	6.029
Fornecedores estrangeiros	29.528	21.416
	35.793	27.445

Referem-se a valores a pagar decorrentes de compra de insumos, materiais e serviços de fornecedores nacionais e estrangeiros necessários para continuidade da operação.

O aumento significativo no saldo dos fornecedores estrangeiros corresponde a aquisição de insumos importados adquiridos em outubro e novembro de 2023, que tiveram prazo para pagamento diferente do praticado no exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui operações de “Risco Sacado”, que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

16. Empréstimos e financiamentos

	2023	2022
Financiamentos (i)	26.471	34.849
Empréstimo de capital de giro (ii)	6.190	7.619
Juros a pagar (iii)	1.093	2.048
	33.754	44.516
Circulante	11.128	11.854
Não circulante	22.626	32.662

(i) A Companhia possui duas linhas de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), com taxas distintas, sendo R\$52.000 com recursos do FNE (Fundo de Financiamento do Nordeste), a taxa de 8,24% a.a., e R\$3.000 para aquisição de bens e serviços, a taxa de 7,06% a.a., ambas com 15% de bônus por adimplência.

Em 23 de fevereiro de 2017, foi liberado a última parcela do crédito aprovado (R\$55.000) do financiamento referente ao contrato celebrado em 31 de dezembro de 2014 entre a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), no valor de R\$9.424, com juros de 8,24% a.a. A partir de abril de 2017, os pagamentos dos juros e as parcelas do principal passaram a ser mensais.

Em julho de 2020, conforme segundo aditivo, o contrato foi renegociado, alterando o vencimento da parcela final para dezembro de 2027 e postergando o fluxo de desembolsos dos juros e principal para retorno em janeiro de 2021. Desde então, as parcelas vêm sendo pagas mensalmente.

(ii) Refere-se a empréstimo para capital de giro tomado junto ao Banco Santander, no valor de R\$10.000, com juros remuneratórios de 3,40% a.a + 100% CDI, devendo ser liquidado em 84 parcelas fixas e mensais.

(iii) Os pagamentos dos juros do financiamento BNB ocorrem no dia 22 de cada mês, de forma que os juros incorridos até o final do mês são provisionados no resultado.

Movimentação do principal	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro	42.468	52.275
Amortização do principal	(9.807)	(9.807)
Saldo em 31 de dezembro	32.661	42.468

Movimentação juros	2023	2022
Juros a pagar em 31 de dezembro	2.048	2.540
Juros incorridos (i)	2.142	2.745
Juros incorridos - empréstimos para capital de giro	928	1.059
Juros pagos	(4.025)	(4.296)
Juros a pagar em 31 de dezembro	1.093	2.048

(i) Os juros foram reconhecidos como despesa financeira em 2023 (Nota Explicativa nº 23), no montante de R\$2.142 (R\$2.745 em 2022).

17. Salários e encargos sociais

	2023	2022
Provisão para férias e encargos	868	853
Provisão para participação nos resultados (*)	4.368	2.679
Instituto nacional do seguro social - INSS	230	235
Fundo de garantia por tempo de serviços - FGTS	69	65
Outros	41	134
	5.576	3.966

(*) Refere-se a Provisão da Participação nos Resultados (“PPR”) com base no atingimento das metas estabelecidas e aprovadas em acordo coletivo entre a Administração e o Sindicato da categoria, para pagamento até abril de 2024.

18. Tributos a pagar

	2023	2022
Tributos retidos sobre fornecedores	283	308
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.394	2.161
Imposto de renda a recolher (*)	1.417	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher (*)	661	-
Programa de integração social - PIS	232	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.066	-
	6.053	2.469

(*) Exclusivamente em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou saldo negativo de IRPJ e CSLL. Como consequência, não foi necessário provisionar valores a recolher.

19. Provisão para contingências

A Companhia é suscetível a riscos tributários, trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal das suas operações. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de causas judiciais conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Provisão para contingências” monta:

	Depósitos judiciais 2023	Depósitos judiciais 2022	Provisão para causas judiciais 2023	Provisão para causas judiciais 2022	Depósitos judiciais / Provisão líquida 2023	Depósitos judiciais / Provisão líquida 2022
Cíveis	-	-	-	-	(166)	(159)
Fiscais (i)	16.145	16.146	16.091	16.090	54	56
Trabalhistas	161	127	-	-	161	127
	16.306	16.273	16.091	16.090	49	24

(i) Refere-se ao AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante), contribuição para apoio ao desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, do qual a Companhia era isenta. Ele é devido na entrada do porto de descarga, sendo calculado sobre o valor do frete marítimo internacional. A partir de janeiro de 2016, o Governo revogou a suspensão dessa isenção, porém, a Companhia entrou com um mandado de segurança questionando a cobrança sobre a Capatazia. O pagamento do montante devedor em discussão foi feito via depósito judicial.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perdas classificados pela administração como “possíveis”, mediante avaliação de seus assessores legais, para quais não há provisão constituída, conforme composição estimada abaixo:

	2023	2022
Cíveis	7	-
Trabalhistas	25	39
Tributárias	1.277	6.883
	1.309	6.922

Processos transitados em julgado – Decisão STF

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

20. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia totaliza R\$61.618 (R\$97.618 em 2022), dividido em 3.000.000 ações (igual quantidade em 2022), todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal,, composto da seguinte forma:

Acionista	2023			2022		
	Número de ações	Valor (R\$)	%	Número de ações	Valor (R\$)	%
ICAL Participações S.A. Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. (QGDN)	1.500.000	30.809	50%	1.500.000	48.809	50%
	1.500.000	30.809	50%	1.500.000	48.809	50%
	3.000.000	61.618	100%	3.000.000	97.618	100%

Em 30 de março de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia realizou a devolução de capital social, no montante de R\$15.000, por meio de transferência bancária. Adicionalmente, em 1º de outubro de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia realizou a devolução de capital social, no montante de R\$21.000, por meio de transferência bancária.

O lucro líquido da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto:

•5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
•Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade;
•O saldo remanescente será objeto de deliberação por parte da Assembleia Geral.

21. Receita de vendas

	2023	2022
Vendas brutas de produtos e serviços	298.017	254.446
Tributos sobre vendas	(89.058)	(71.246)
Revenda de matéria-prima	1.469	-
Incentivos fiscais (i)	38.084	27.816
Contribuição a conta do F.D.I.: (ii)	(1.876)	(1.390)
Contribuição FUMACOP (iii)	(732)	-
	245.904	209.626

(i) A Companhia possui o benefício do PROMARANHÃO, que permite a tomada de crédito de 75% de qualquer imposto pago ao Estado (Notas Explicativas nº 1(b) e 2(c)).

(ii) Contribuição à conta do Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial de 5% do valor dos incentivos utilizados em cada período de apuração, previsto em lei (Nota Explicativa nº 1(b)).

(iii)Equivalente a contribuição para o FUMACOP (Fundo Maranhense de Combate à Pobreza), à razão de 2% do valor total dos incentivos do PROMARANHÃO (Nota Explicativa nº 1(b)).

22. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Insumos e materiais de consumo (i)	(125.034)	(115.082)
Frete (ii)	(10.413)	(7.948)
Salários, encargos e benefícios (iii)	(23.148)	(18.611)
Depreciação e amortização	(5.830)	(5.792)
Energia elétrica	(8.815)	(8.479)
Embalagens	(5.257)	(6.486)
Manutenção e conservação	(8.281)	(6.426)
Consultoria, assessoria e outros serviços	(5.664)	(4.661)
Publicidade e propaganda	(937)	(832)
Outros	(3.905)	(2.617)
	(197.284)	(176.934)

Custo de vendas	(167.228)	(152.746)
Despesas com vendas	(18.882)	(17.071)
Despesas gerais e administrativas	(11.174)	(7.117)
	(197.284)	(176.934)

(i) A variação refere-se a aumento nas atividades operacionais da Companhia.

(ii) Impactado, principalmente, pelo aumento no volume de venda alcançado pela Companhia, que superou as 425t em 2023 frente a 392t em 2022, além do aumento do valor médio do frete em, aproximadamente, 10% quando comparado a 2022.

(iii) Refere-se a reajustes salariais inerentes ao Acordo Coletivo, além de revisão de políticas de salários e benefícios visando a retenção de talentos; provisão do Programa na Participação no Resultado (PPR), consolidação do plano de gente instituído em 2022, que consiste em ações realizadas em 2023 relativas a: priorização do recrutamento interno, melhoria da fábrica para o bem estar dos colaboradores, implementação de reuniões mensais de resultado, inclusão canais de comunicação interna como WhatsApp geral, token, QR CODE, canal de denúncia e implantação do benefício do auxílio educação.

23. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.574	2.760
Receita com atualização de tributos	-	58
Juros recebidos	86	54
	1.660	2.872
Despesas financeiras		
Despesas financeiras (a)	(10.278)	(8.987)
Juros sobre financiamentos (b)	(2.142)	(2.745)
Juros sobre empréstimos	(928)	(1.059)
Outros	(276)	(416)
	(13.624)	(13.207)
Resultado financeiro líquido	(11.964)	(10.335)

(a) As despesas referem-se a amortização da carta fiança referente ao financiamento concedido pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) e aos descontos relacionados às ações comerciais.

(b) Referem-se aos juros incorridos sobre o financiamento do BNB, no montante de R\$2.142 (R\$2.745 em 2022) - Nota Explicativa nº 16.

Variação cambial

	2023	2022
Receitas de variação cambial	1.234	2.272
Despesas de variação cambial	(1.455)	(3.678)
Resultado de variação cambial (i)	(221)	(1.406)

(i) Referem-se a variação cambial sobre pagamento de fornecedores estrangeiros para aquisição de insumos.

24. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	35.780	20.989
Adições	15.514	11.141
Descontos indedutíveis	9.284	7.656
Doações indedutíveis	240	49
Multas de moras	66	49
Despesas indedutíveis	1.364	261
Provisões	4.560	3.126
Exclusões	40.806	29.963
Incentivos fiscais - PROMARANHÃO (i)	38.084	27.816
Reversão provisão de PPR	2.679	2.077
Reversão provisão de PECLD	43	70
Base de cálculo	10.488	2.167
IRPJ e CSLL correntes	(2.428)	(483)
IRPJ e CSLL - compensação de diferido	(1.070)	(221)
	(3.498)	(704)

25. Cobertura de seguros

A Companhia tem contratadas as seguintes coberturas de seguros:

	Valor da cobertura</
--	----------------------

CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022	
Além disso, colocamos a disposição de Vossas Senhorias todos os livros contábeis, financeiros e registros auxiliares, bem como os de atas de reuniões da diretoria e alterações contratuais. Adicionalmente, todas as atas de reuniões da diretoria e alterações contratuais celebradas até esta data encontram-se incluídas nos respectivos registros e foram colocados a sua disposição, e não existem outros documentos comprobatórios além daqueles disponibilizados. Essas atas refletem a totalidade das decisões aprovadas. As Demonstrações Financeiras e/ou suas notas explicativas: I. Indicam ou registram: 1. Bases de avaliações dos ativos e ajustes dessas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir valores de realização ou outros valores previstos pelas políticas contábeis adotadas no Brasil; 2. Bases de avaliação dos passivos e de reconhecimento de receitas e despesas; 3. Todas as obrigações e os passivos, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos; 4. Todos os compromissos firmados e informações pertinentes; 5. Todos os prejuízos esperados em razão de circunstâncias já conhecidas; II. Pressupõem que: 1. Todos os ativos são de propriedade da CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames; 2. Não há outros acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, exceto para os valores mencionados em notas explicativas relativas às aplicações financeiras, estando os demais saldos disponíveis; 3. As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos; 4. Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas Demonstrações Financeiras; 5. Que o sistema contábil e de controle interno adotado pela CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., é de responsabilidade da Administração e adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros; 6. Todas as garantias dadas estão, adequadamente, divulgadas nas Demonstrações Financeiras. Confirmamos a seguir o nome do consultor jurídico que cuida de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência. <u>Advogado:</u> Mello Pimentel Advogados Além disso, não temos conhecimento: 1. De que membros da Administração não tenham cumprido todas as leis, as normas e os regulamentos a que a Companhia está sujeita. Também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da Companhia; 2. De outras partes relacionadas e outras divulgações requeridas para transações com partes relacionadas, além daquelas para as quais se apresentam informações nas respectivas notas explicativas às Demonstrações Financeiras;	3. De que a Administração, diretores ou funcionários com cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em entidades com as quais a CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., manteve transações, ou de qualquer outra forma de conflito de interesse; 4. De quaisquer fatos ocorridos desde <u>31 de dezembro de 2023</u> que possam afetar as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas naquela data ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.; 5. De eventos e circunstâncias ocorridos ou esperados que possam nos levar a crer que o ativo imobilizado possa estar registrado por valores superiores ao seu respectivo valor de recuperação; 6. De quaisquer outros ativos que não tenham sido apresentados e devidamente registrados nas Demonstrações Financeiras; 7. De efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras acima referidas e identificadas, decorrentes das seguintes situações: a. Ações ou reclamações relevantes contra a CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.; b. Acordos ou operações estranhas aos negócios normais ou quaisquer outros acordos; c. Inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos para a CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.; d. Existência de contingências ambientais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias ou de outras naturezas (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas; e. Existência de comunicação, por parte das autoridades normativas, reguladoras e fiscalizadoras, sobre inobservância de normas ou aplicação de procedimentos contábeis etc. Também confirmamos que: • A política de cobertura de seguros dos ativos e das operações da CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., é adequada as necessidades; • A Administração possui procedimentos necessários para avaliar riscos de que as Demonstrações Financeiras não estejam materialmente distorcidas com resultado de transações não usuais; • A Administração, com base em seu conhecimento sobre a avaliação dos riscos, não tem conhecimento da existência de risco das Demonstrações Financeiras estarem materialmente distorcidas como resultado de fraude; • A Administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e que foi dado cumprimento ao estabelecido, bem como da retenção de lucros para a utilização em investimentos futuros, os quais estão previstos no orçamento de capital aprovado pela assembleia geral; Não houve: a) Fraude ou suspeita de fraude envolvendo a Administração ou funcionários em cargos de responsabilidades ou confiança; b) Fraude ou suspeita de fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito relevante nas Demonstrações Financeiras; c) Violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas Demonstrações Financeiras ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas, assim como irregularidades, envolvendo a Administração ou os funcionários, que possam ter efeito significativo sobre as Demonstrações Financeiras. 1. O processo de elaboração das Demonstrações Financeiras envolveu a utilização de estimativas e premissas contábeis sob responsabilidade da Administração, que são revisadas periodicamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados, provisão para perdas ao valor recuperável em relação às contas a receber de clientes, aos estoques e aos impostos a recuperar, provisão para riscos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários, além dos tributos diferidos incidentes sobre tais provisões, quando aplicável. As estimativas contábeis foram efetuadas com base em dados consistentes, considerando a intenção e a habilidade da Administração para tomar as decisões e ações em nome da CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., e os riscos e incertezas existentes foram divulgados nas Demonstrações Financeiras; 2. Todas as transações efetuadas no exercício foram devidamente registradas no sistema contábil de acordo com, a legislação vigente; 3. Não existem distorções que possam afetar, substancialmente, o valor ou a classificação de ativos ou passivos constantes das Demonstrações Financeiras; 4. Não existem transações com partes relacionadas, ativas ou passivas, que não estejam divulgadas nas Demonstrações Financeiras e que não guardem relações estritamente e comutativamente; 5. A CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., tem a propriedade legal de todos os seus ativos, e não há outros compromissos ou restrições impostas a esses bens que não estejam divulgados nas Demonstrações Financeiras; 6. A CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., não possui planos de pensão formais ou não-formais; 7. A CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., tem cumprido todas as suas obrigações contratuais que teriam efeito significativo sobre as Demonstrações Financeiras; 8. Especificamente, com relação aos instrumentos financeiros derivativos, a CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., celebrou contratos de termo de moeda sem entrega física (<i>non-deliverable forward</i> - NDF), com o objetivo de se proteger de oscilações cambiais em suas operações de importação de matéria prima. Exceto quanto a referida operação, não temos conhecimento da existência de outros contratos com esta característica, ou similares, que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos que não tenham sido reportados à V. Sas.; 9. A Administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou de acordo com ata de aprovação de distribuição do lucro; 10. A CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A., não efetuou desconto de duplicadas/receíveis com nenhuma instituição financeira em Direitos Creditórios no exercício de 2023. 11. A CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A. não possui operações de Risco Sacado, que possibilitem aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira no exercício de 2023. 12. Temos conhecimento do teor do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido por V.Sas. e datado de <u>13 de março de 2024</u>.

SEM ESTÁDIO

Castelão interditado por dez ou até 15 dias

Jogos do fim de semana pelo Brasileiro poderão ser disputados no Nhozinho Santos, caso seja liberado o laudo de segurança dos Bombeiros e o gramado reúna condições

NERES PINTO

As fortes chuvas que atingiram São Luís, nos últimos meses, castigaram bastante o grama-do do Estádio Castelão. A situação piorou com a sequência de jogos do Estadual e outras competições amadoras nacionais e locais, obrigando a Secretaria de Desportos e Lazer a interditar o local ontem (24) pela manhã, para os reparos necessários. A Sedel estima que somente daqui a dez ou quinze dias poderão ser programados jogos para aquela praça de esportes.

Devido à interdição, as partidas que estavam marcadas para o próximo fim de semana -Sampaio x Figueirense pela Série C, no sábado, e Moto x Tocantinópolis (D), domingo-, serão transferidas para o Nhozinho Santos, caso o Corpo de Bombeiros libere o laudo de segurança que está vencido. Uma inspeção será feita por toda esta quinta-feira. O estádio da Vila Passos



O GRAMADO DO ESTÁDIO CASTELÃO APRESENTA PÉSSIMAS CONDIÇÕES PARA JOGOS

também está com seu gramado bastante prejudicado e há dez dias foi declarado sem condições de jogo após uma forte chuva.

A Federação Maranhense de Futebol (FMF) informou no início da tarde desta quarta-feira, que se o Municipal não reunir condições de receber as duas partidas, estas poderão ser

disputadas em Teresina ou Imperatriz. A CBF e os clubes já foram comunicados sobre o impasse. A mudança de cidades para sediar a partida obrigaria alterações em toda a logística inicialmente traçada pela Confederação Brasileira, notadamente as passagens aéreas e hospedagens, reservadas com bastante antecedência.

SÉRIE D

Moto Club agora foca o Tocantinópolis

Derrotado pelo Maranhão Atlético na primeira semifinal do Campeonato Maranhense, o Moto Club agora está focado na estreia no Brasileiro, Série D, contra o Tocantinópolis. Para esta primeira partida na competição nacional, o Rubro-Negro já poderá contar com os reforços recém-contratados, que não foram aproveitados diante dos maqueanos.

Jorge (meia), Mikéas (atacante), e Rômulo Carioca (lateral-esquerdo), vêm treinando com intensidade e estão à disposição do técnico Pedro Iarley. O treinador motense também poderá contar com a zaga completa, caso tenha a volta de Yago Ramon, que esteve afastado, recuperando-se de uma lesão. Nas demais posições, a definição do time inicial vai depender

do último coletivo marcado para amanhã.

O Tocantinópolis também se reforçou, contratando os zagueiros Pedro Henrique e Emílio Santos, e o meia Bruno Moraes, que serão regularizados no BID e ficarão à disposição do técnico Jairo Nascimento. Mais reforços devem ser anunciados para a disputa das próximas rodadas.

Maremoto

Na semifinal do Estadual, por ter sido derrotado pelo placar mínimo (1 a 0) o Moto tem a esperança de inverter a situação no próximo confronto marcado para o dia 8 de maio. Basta uma vitória por um gol de diferença para levar a decisão por tiros livres diretos da marca do pênalti, ou ainda uma vi-

tória com vantagem de dois gols para o time chegar à condição de finalista e enfrentar o Sampaio Corrêa.

Ao analisar a apresentação do time motense diante do MAC, na partida da última terça-feira, o técnico Pedro Iarley disse que o rendimento do grupo foi prejudicado devido à perda de vários jogadores após a fase de classificação do Estadual. “A gente lamenta muito, perdemos alguns jogadores, em virtude de algumas situações. Foi visível essa falta de ritmo de jogo, a bola estava queimando no pé, mas eles deixaram tudo dentro de campo. Eu estou muito orgulhoso deles, com um embate contra um adversário bem montado, muito forte e vamos nos preparar para o segundo jogo”, afirmou. (N.P)

SURF

Kadu Pakinha representa o Maranhão no Brasileiro



O surfista maranhense Kadu Pakinha, que conta com os patrocinários do governo do Estado e da Potiguar por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, iniciou a sua trajetória em um dos eventos mais importantes da temporada: o Circuito Brasileiro de Surf de Base, organizado pela Confederação Brasileira de Surf (CBSurf). Na primeira etapa do Circuito Brasileiro, realizada entre quinta-feira (18) e domingo (21), em Porto de Galinhas, na cidade de Ipojuca-PE, Kadu teve um bom desempenho na categoria Sub-18, chegando até à segunda fase, e também competiu na categoria Sub-16. “Estou muito feliz por representar o Maranhão no Circuito Brasileiro. O resultado poderia ter sido melhor, mas valeu pela experiência e pelo aprendizado. Vou voltar para casa motivado a treinar forte para corrigir os erros, com o objetivo de subir na classificação das próximas etapas. Agradeço ao governo do Estado e à Potiguar por todo o suporte para que eu possa defender o Estado no cenário nacional do surf”, afirma Kadu.

Após o evento em Porto de Galinhas, Kadu Pakinha terá alguns dias de treinos até os próximos desafios no ano. Antes de disputar a segunda etapa do Circuito Brasileiro de Surf de Base, que ocorrerá entre os dias 1º e 4 de agosto, em Matinhos-PR, o surfista maranhense vai participar do Circuito Carioca, um dos mais competitivos do país.

Kadu Pakinha inicia a temporada motivado pelos ótimos resultados que conquistou durante o ano de 2023. O surfista maranhense ficou entre os quatro melhores colocados nas três etapas do Circuito ASN Puro Suco Nova Geração, em Niterói, e foi semifinalista das categorias Sub-16 e Sub-18 da 2ª etapa do Circuito de Surf Cyclone, no Rio de Janeiro.

Além disso, Kadu Pakinha chegou às semifinais do Canto Open, garantiu a quarta posição na categoria Sub-16 Masculino do Grumari Masters, disputou o Squarema Surf Pro Am e esteve em duas etapas do Circuito Brasileiro de Surf de Base, onde obteve experiência para os eventos de 2024.

c08 pdf

Código do documento d3103216-0612-4820-95e6-024292a93c9a

Anexo: c09.pdf
Anexo: c10.pdf
Anexo: c11.pdf



Assinaturas



EMPRESA PACOTILHA SA:06271258000109
Certificado Digital
maramaldothay@gmail.com
Assinou

Eventos do documento

24 Apr 2024, 18:31:57

Documento d3103216-0612-4820-95e6-024292a93c9a **criado** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email:priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-24T18:31:57-03:00

24 Apr 2024, 18:36:09

Assinaturas **iniciadas** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email:priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-24T18:36:09-03:00

24 Apr 2024, 18:38:13

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA PACOTILHA SA:06271258000109 **Assinou**
Email: maramaldothay@gmail.com. IP: 177.99.3.224 (177.99.3.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 45968). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Servico Federal de Processamento de Dados - SERPRO,OU=Autoridade Certificadora ALTERNATIVE,OU=A1,CN=EMPRESA PACOTILHA SA:06271258000109. - DATE_ATOM: 2024-04-24T18:38:13-03:00

Hash do documento original

(SHA256):e584b66be91ecfeae11a516c032db587168b256f7dd0f4fd137fd166fe2f44d5
(SHA512):5d4e4c5627f35215066cb85f508075733f1991dbd7e5445bfe8836c9cf68e86249867354fe195006c8869fda9b391c2fa9c79d7d27b64f2f790543da6ef97164

Hash dos documentos anexos

Nome: c09.pdf
(SHA256):575da57e7ca3fc5580e422bc81f53c01ea865d7d014aaec8a682ab049d77416c
(SHA512):51b2a909156c52aa643ab86386123ad5b1cd17730594bbb1a79ee6d36065dd3d746f2a5bca0c609aab293446e5dd4a46a98d6f655899dbc5942c8b9be68c55fd

Nome: c10.pdf
(SHA256):8b2d03d0e4c681d1c8df6939d781f43ede728f2ecee31d2e1aff2eba99bf833e
(SHA512):484f2d2864bf0b1fd0971fe8819edcd9317276289ade146125cd8f5fe8985a09077eae3c623c1855f52050583e67b2b0a3a1cf4fb23038e9e96bfff284be669

Nome: c11.pdf
(SHA256):d9ac0a7d11df70de5e900f2bed3e50f4ab9810180b4653e1c71facea029b20f



(SHA512):8b0767e2777fe8696518f449219edcb93955b106d73b3a3f220967e1b96f4c089ad798b25b743987af68c96f043c2f0e9e4ead2de30a8824c99b57b402525c2d

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign